



Carta Aberta à população Paulista: O abismo no sistema prisional de São Paulo.

BASTA DE DESCASO! A Polícia Penal de São Paulo pede socorro.

A sociedade precisa saber:

A Polícia Penal de São Paulo está sendo empurrada para o colapso funcional. E, se nada for feito, o caos será inevitável.



"Prezados cidadãos e cidadãs paulistas, Nós, Policiais Penais do Estado de São Paulo, recorremos a vocês não apenas como servidores, mas como garantidores da segurança que chega às ruas. Escrevemos esta carta para denunciar o profundo estado de descaso e abandono que assola nossas unidades prisionais. Enquanto o governo estadual promove discursos de segurança pública, a realidade dentro dos presídios é de superlotação, déficit funcional histórico e precarização extrema das condições de trabalho. Quando a Polícia Penal é fragilizada, a sociedade inteira fica vulnerável."

O sistema penitenciário paulista enfrenta uma crise institucional sem precedentes.

O déficit de policiais penais, aliado à ausência de políticas de valorização, à militarização da Secretaria da Administração Penitenciária e ao descumprimento das diretrizes do Plano Pena Justa, expõe os servidores a condições de trabalho degradantes.

A falta de policiais penais no Estado de São Paulo é um dos principais elementos que

caracterizam a crise estrutural enfrentada pelo sistema penitenciário paulista.

De acordo com dados levantados pelo SINDCOP, o número ideal de servidores é de aproximadamente 34 mil, enquanto o efetivo atual é inferior a 24 mil. Essa lacuna de mais de 10 mil profissionais compromete gravemente o funcionamento de todas as unidades prisionais do estado.

O déficit afeta diretamente a segurança, a saúde mental dos servidores e a dignidade dos presos. Turnos de trabalho exaustivos, ausência de folgas, acúmulo de funções e transferências compulsórias são comuns.

A militarização na administração penitenciária e o assédio moral complementam esse quadro crítico, que coloca em risco não apenas os servidores, mas toda a sociedade paulista.



O sindicato tem alertado para o aumento de casos de adoecimento mental, crises de ansiedade, afastamentos e até suicídios relacionados ao ambiente tóxico no interior das prisões.

É urgente que haja uma revisão estrutural da política penitenciária paulista, com foco na reposição dos quadros funcionais, na valorização da carreira da Polícia Penal, o fim da militarização indevida na execução da pena e no fortalecimento do diálogo com os sindicatos.

O Plano Pena Justa, lançado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em 2023, apresenta diretrizes relevantes para a modernização do sistema prisional brasileiro. No entanto, sua implementação no Estado de São Paulo tem sido marcada pela superficialidade, desconexão com a realidade local e completa ausência de diálogo com os servidores da Polícia Penal.

O programa prevê, entre outros pontos, a redução da superlotação carcerária, o investimento em políticas de reintegração social e a valorização dos trabalhadores penitenciários.

A ausência de recursos humanos, aliada à ausência de valorização, compromete também as metas relacionadas à ressocialização dos apenados. Programas de educação, capacitação e trabalho prisional tornam-se inviáveis quando há escassez de policiais penais para garantir segurança e logística.

Já em audiência na Alesp (maio/2023), representantes do Sindcop expuseram suicídios, adoecimento, pressão diária, jornadas exaustivas e incompetência administrativa, todos sintomas da precarização institucional [sindcop.org.br+15sindcop.org.br+15Click Guarulhos+15](https://www.sindcop.org.br+15sindcop.org.br+15Click+Guarulhos+15).

Esta Carta Aberta a população tem como objetivo **expor a verdade**: o governo do Estado de São Paulo descumpre a Constituição, viola direitos humanos, degrada a Polícia Penal e, com isso, fragiliza toda a execução penal.

Trata-se de um quadro que exige resposta urgente do **Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Assembleia Legislativa e sindicatos representativos da categoria**, sob pena de perpetuar-se um modelo que humilha servidores e compromete a segurança da sociedade.